

Valorização do património da cidade contemporânea:

Dois casos de estudo no Centro Histórico da Praia em Cabo Verde

Por Lourenço Gomes¹

Sumário:

Introdução

1. O antigo palacete — actual Palácio da Cultura: um caso de valorização do património na actualidade
2. Uma casa nobre em degradação que resiste ao tempo

Conclusão

Resumo:

A análise das qualidades estéticas de edifícios reconhecidos como monumentos de elevado valor patrimonial, como são dois casos identificados no Centro Histórico da Cidade da Praia, permite-nos realçar o valor simbólico expresso neste tipo de elemento da cultura material numa urbe. Algumas particularidades evidenciadas nas duas residências senhoriais em estudo demonstram a resistência e sobrevivência das mesmas no tempo, ante os impulsos resultantes da indiferença face ao património histórico. Por que uma e outra, embora em diferentes estados de conservação, veiculam memórias representativas de realidade histórica concreta e imortalizam gostos estéticos desejáveis em todos os tempos, impõe-se que sejam ambas salvaguardadas. Esta atitude corresponde aos princípios inerentes a uma relação positiva com a herança patrimonial, compatível com a mentalidade herdada das ideias de Viollet-le-Duc (século XIX). Este paradigma da conservação de bens, com valor histórico-cultural, engendrou o moderno interesse pelo património arquitectónico urbano, pela reabilitação de centros históricos e pela sua revitalização, na procura, entre outros fins, da dinamização sociocultural e fazendo assim face a ambiguidades associadas à dinâmica das cidades no nosso tempo.

¹ Investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Docente da Universidade de Cabo Verde.

Palavras-chave:

Cidades contemporâneas, monumentos históricos, valorização da herança patrimonial.

Introdução

O trabalho ora proposto, intitulado *Valorização do património arquitectónico da cidade contemporânea*, com realce para dois casos de estudo no Centro Histórico da Praia, em Cabo Verde, reporta-se ao do antigo palacete da urbe revalorizado como palácio da cultura, cujo estado de conservação se contrasta com uma outra edificação em processo de degradação, e que corresponde à casa nobre a necessitar de restauro e reabilitação, também objecto de análise neste trabalho.

O contexto urbano que permitiu o aparecimento de edificações como são os casos em estudo refere-se aos diversos eixos urbanos do Centro Histórico da Praia. Salientamos, antes de tudo, o antigo Largo da Igreja, com os seus monumentos na forma de obras da arte pública decorativa e edificações com valor histórico-cultural envolventes. Revela o seu simbolismo de anterioridade na sua antiguidade, enquanto primeiro largo da Cidade. Possui uma estratégica localização, funcionando como miradouro, donde pode ser contemplado a vasta da zona litorânea, o respectivo porto, alguns pontos extremos da cidade e grande porção do oceano.

Por seu turno, a Praça Alexandre Albuquerque, de maior expressão enquanto espaço nobre, se a associarmos aos edifícios representativos do poder municipal e das práticas de culto religioso, teve forte vitalidade no passado, devido, entre outros atractivos, à presença do seu coreto, elemento por excelência de animação, e obras com finalidade decorativa.

Outros eixos urbanos na forma de largos e ruas evidenciam-se nesta urbe oitocentista, tais como o outrora Largo do Guedes, actual Praça Luís de Camões, que ostentou durante muito tempo o nome do antigo Governador Geral da Província João da Mata Chapuset, grande renovador da cidade na segunda década do século XIX, bem como várias vias longitudinais e transversais que estruturam aquele que é o contexto urbano de integração das edificações estudadas neste trabalho.

As habitações de prestígio do tipo sobrados, como são os casos estudados neste trabalho, inscrevem-se no modelo de composições habitacionais que, por volta de finais do século XIX, se difunde em Portugal como sendo característico da chamada casa portuguesa, virando por isso as atenções dos artistas para a tipologia de solares da província², cujas características se assemelham, nalguns aspectos (beirais de telhados, pátio interno e utilização da ornamentação em azulejo e outros elementos decorativos), às residências senhoriais que vieram a surgir em Cabo Verde.

Esta constatação induz-nos a pensar que, seguramente, este tipo de habitação teria sido transplantado para as colónias, incluindo o arquipélago de Cabo Verde e, particularmente, para a urbe da Praia. É nosso entender que este processo de transplantação de modelos arquitectónicos se teria iniciado mais cedo, principalmente para o interior de Santiago e ilha do Fogo, onde se estabeleceram os grandes proprietários, construindo as suas *Casas Grandes* e assim introduzindo a estrutura da habitação de prestígio, do seu meio, nas terras do reino, bem como as técnicas construtivas usadas sempre, adaptando-as às características específicas, designadamente à orografia, ao clima, aos meios económicos locais, e com recurso aos materiais endógenos³.

O aparecimento das construções do tipo ora estudado está também ligado ao período que sucedeu ao momento em que o tráfico negreiro escasseou nas ilhas a partir de 1878⁴, em que os grandes senhores latifundiários, proprietários dos morgadios e capelas se estabeleceram nos centros urbanos e semi-urbanos e nos mesmos, aí construindo residências assobradas, como são os casos das casas pertencentes a várias famílias instaladas nas cidades e vilas de Cabo Verde, de que é exemplo a cidade da Praia.

² Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 9-17.

³ José Manuel Fernandes, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, FAUP Publicações, 1996, p. 237-9.

⁴ B. O. da Província de Cabo Verde, n.º 12/1869, Praia, Imprensa Nacional, 1869.

1. O antigo palacete — actual Palácio da Cultura: um caso de valorização do património na actualidade

O antigo palacete, actual Palácio da Cultura Ildo Lobo⁵, da cidade da Praia é uma construção típica do século XIX. Localiza-se no centro histórico da urbe, mais concretamente na antiga Rua Sá da Bandeira. Esta denominação constitui uma homenagem ao Marquez Sá da Bandeira (1765-1876), notável estadista com relevantes serviços prestados na sua qualidade de Ministro de Estado, Marechal de Campo e Director da Escola do Exército na Metrópole, que se distinguiu como defensor da causa da liberdade na altura em que se vivia numa sociedade escravocrata. Foi, igualmente, um valoroso militar⁶ e um impulsionador do nativismo cabo-verdiano em 1873⁷. Esta atitude de associar nomes como esse aos eixos urbanos da cidade era comum e visava tornar célebres, para a posteridade, homens cuja acção teve impacto na vida das colónias.

Pode o edifício ser também descrito com estando situado na Praça Alexandre Albuquerque, uma vez que o seu alçado principal está voltado para este eixo urbano da cidade. Destaca-se do conjunto de construções da mencionada rua no esquema abaixo, datado de 1954. O palacete corresponde ao edifício maior e mais alto. Aparece na imagem mais recente entre dois edifícios de aparência moderna.

⁵ Esta denominação homenageia o grande intérprete da música cabo-verdiana que foi Ildo Lobo, já falecido, e cuja imagem de músico se perpetua em pinturas do mesmo artista, expostos no interior do edifício, ao longo da extensa escadaria.

⁶ *Revista Contemporânea*, n.º 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, p. 28.

⁷ Manuel Brito-Semedo, *A Construção da Identidade Nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional, 2006, p. 218.

Figura 1 — O palacete situado na Rua Sá da Bandeira



Fonte: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 60.1, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, Setembro de 1954, p. 4, e fotografia recolhida no âmbito deste trabalho.

Trata-se de um modelo que se impôs no conjunto de outras edificações de cariz particular, na urbe da Praia no século XIX. Sobressai particularmente, pelo raro crescimento em altura, na época, estruturando-se em três pisos, como pode ser observado na Figura 2, já que muito poucas edificações ultrapassavam o primeiro andar.

Figura 2 — Vista de frente do antigo palacete da Cidade, hoje restaurado e com a designação de palácio da cultura Ildo Lobo



Fonte: recolha fotográfica feita no âmbito deste estudo.

Foi adquirido ao Banco Nacional Ultramarino (BNU), que o obteve, segundo o hábito da época, como doação em pagamento de dívida e diversas execuções

hypthecarias, reportada no ofício datado de 1889⁸, tendo sido comprado, na altura, por Fernando J. Serra e Sousa, por arrematação em hasta pública, uma vez que em vários momentos surgiam oportunidades deste tipo, nas ocasiões em que o BNU, pela via referida, adquiria prédios particulares sedeados em diversas ruas, largos e praças da Cidade da Praia.

Parece corresponder ao palacete em estudo a certidão referente ao prédio n.º 2628 indicado como uma propriedade de dois andares e lojas, sito na Praça do Albuquerque, extraída dos registos da conservatória da comarca de sotavento referente a esse imóvel⁹. O mesmo integra um conjunto de certidões referentes a prédios diversos situados nos vários espaços públicos da Cidade da Praia detidas em 1889 pelo BNU, segundo informação fornecida pelo Governo-geral da Província de Cabo Verde em ofício n.º 81 datado de 26 Fevereiro de 1889, satisfazendo o determinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar em 25 de Agosto de 1887, que a dado passo salienta: «em face dos livros de registos d’esta conservatória, as propriedades actualmente inscriptas a favor da agencia Banco Nacional Ultramarino, d’esta cidade são os seguintes [...]» indicando depois no rol das «propriedades [...] o prédio n.º 2628 – uma propriedade de dois andares e lojas, sito na praça do Albuquerque»¹⁰.

Em 1954, este imóvel está na posse de Fernando Serra e Sousa, tal como prova um requerimento dirigido ao senhor presidente da Câmara Municipal da Praia, no qual, nesse ano¹¹, Sousa e Serra se referia à sua condição de proprietário do mesmo edifício de segundo andar, destacando a sua localização na Praça Alexandre de Albuquerque, tal

⁸ Governo-geral da Província de Cabo Verde, Série de 1889 [ofício n.º 81], Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no AHU, Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3.ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 157.

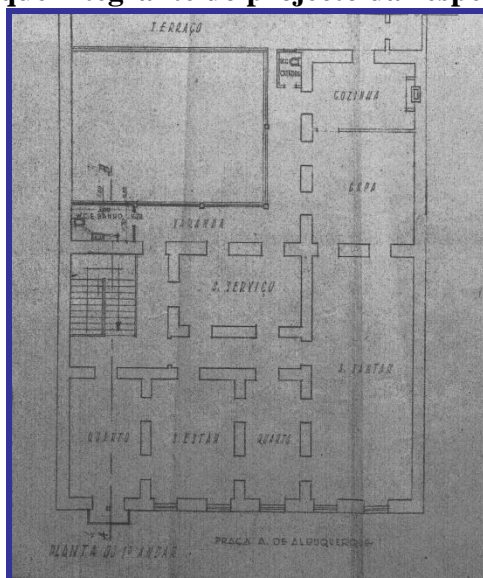
⁹ O conhecimento dessa certidão resulta do cumprimento da determinação constante do ofício n.º 1 pela 2.ª repartição da Direcção Geral do Ultramar, datado de 25 de Agosto de 1887, onde se pedia ao Governo geral da província que fizesse acompanhar nota explicativa e certidões extraídas dos registos da conservatória da comarca de sotavento, referentes às propriedades detidas pelo Banco Nacional Ultramarino, incluindo prédios particulares sedeados em diversas ruas largos e praças da Cidade da Praia, em virtude de transacções efectuadas com esse banco.

¹⁰ Cf. Ofício n.º 81 datado de 26 Fevereiro de 1889 do Governo-geral da Província de Cabo, nota explicativa e certidões extraídas dos registos da conservatória da comarca de sotavento, referentes aos prédios particulares sedeados em diversas ruas largos e praças da Cidade da Praia adquiridas pelo BNU por arrematação em hasta pública como doação em pagamento de dívida e diversas execuções *hypthecarias*.

¹¹ Requerimento dirigido à Câmara Municipal da Praia solicitando autorização para fazer uma instalação do compartimento que serve de quarto de banho. Fundo Arquivístico do MIT, Cxa 139. Acessível no IAHN-CV na Cidade da Praia.

como descreveu no seu requerimento. No mesmo documento pedia autorização para introduzir obras no prédio¹². Como casa senhorial no passado, ainda albergava funções comerciais no rés-do-chão e de residência nos pisos superiores com a existência de espaços habitacionais como sala de estar, cozinha, entre outros, como é testemunhado na Figura 3, relativa ao projecto de remodelação datado de 1954, que, entre outros trabalhos, previa introduzir esgoto no primeiro andar. Nos últimos anos, antes da sua restauração e reabilitação, foi utilizado como pensão.

Figura 3 — Planta do 1.º andar do prédio de Fernando J. Serra e Sousa na Praça A. de Albuquerque integrante do projecto da respectiva casa



Fonte: Projecto de esgoto do prédio de Fernando J. Serra e Sousa na Praça Alhandra Albuquerque – Fevereiro/Março de 1954, Fundo Arquivístico do MIT, Cxa 139. Acessível no IAHN-CV, Cidade da Praia.

Na planta e na imagem da obra edificada é visível a existência de várias portas, num total de cinco, bem ritmadas no rés-do-chão, salientando-se uma que dá acesso à caixa-de-ar. No alinhamento desta entrada projectam-se mais duas portas no primeiro e no segundo andar, que dão acesso a duas varandas respectivas. As restantes dão passagem para o interior térreo composto por lojas. A observação atenta da planta permite-nos verificar que na distribuição interna do primeiro andar previu-se um espaço

¹² Este edifício resistiu desde a década de sessenta até hoje a intempéries, o que revela por sua vez a solidez dos materiais utilizados na sua construção, até à recente restauração.

de serviço, dois quartos, salas de estar e de jantar, cozinha, copa e um compartimento que se pretendia instalar em 1954, para que servisse de quarto de banho com esgoto.

O último piso distribui-se por espaços de pequena dimensão em virtude de ganhar característica de um piso de águas-furtadas na forma definida por Maria João Madeira Rodrigues e outros, uma vez que apresenta uma área útil inferior aos restantes pisos a que se sobrepõe¹³. O telhado não é bem visível devido à magnífica platibanda, feita à base de balaústres. Os tectos são forrados em madeira e o mesmo material é aplicado aos soalhos, como era costume em várias edificações da época. As janelas envidraçadas seguem também o estilo do período¹⁴, não ostentando porém nem arcos redondos nem lumieiras.

Sendo um edifício típico de habitações nascidas nas proximidades dos portos, influenciado por esta especificidade que é comum a outras residências senhoriais da urbe, à mesa esteve associada muita inovação em termos de técnicas construtivas e materiais importados utilizados. Alguns dos tipos de materiais utilizados nesta edificação, como constatamos na documentação da época, foram assim discriminados: telha de barro tipo marselhês para a sua cobertura, massa de vidraceiro e vidraças para as janelas, madeira utilizada na confecção de portas, janelas, varandas e madeiramento de cobertura, etc. Esses materiais de construção vêm expressos numa lista dum comerciante da Praia que habitualmente importava mercadorias do reino e de certas partes do estrangeiro. Incluía ainda: cal, determinados tipos de cantaria, cimento de polland, certas espécies de tijolo e de alvenaria, grudo da Bahia, tintas preparadas inglesas, entre outras¹⁵. Alguns desses materiais foram observados neste e noutros edifícios com características de residência senhorial¹⁶.

Esta obra arquitectónica, como a maioria das construções habitacionais da mesma tipologia e época, enquadra-se na estética neoclássica. Há um predomínio da parede lisa, linhas horizontais enquadrando as portas expostas de modo ritmado no

¹³ Maria João Madeira (coord.), *Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura*, Lisboa, Quimera Editores, 1996, p. 21.

¹⁴ Garcia de Horta, *Revista do Instituto de Investigação Científica Tropical*, vol. 15, n.º 1, edição do Ministério da Ciência e Tecnologia, Lisboa. 1995, p. 52-3.

¹⁵ Offício n.º 047 do Governo da Província de Cabo Verde datado de 12 de Novembro de 1896. Cf. AHU, SEMU-DMU – CABO VERDE, Cxa. 170.

¹⁶ O comerciante referido como sendo da Praia ganhou o concurso para o fornecimento de materiais de construção para o hospital de S. Vicente iniciado no último quartel do século XIX, onde apresentou a lista de materiais mencionada.

primeiro piso. A mesma preocupação evidencia-se nas janelas altas que expressam certa nobreza. Notamos nos pisos superiores uma decoração sóbria através das molduras simples das portas e janelas, sendo mais ousado o trabalho de ornamentação das varandas, suportadas por mísulas, ou consolas bem trabalhadas, bem como a leve e bela platibanda. Estas características têm normalmente predominância nas habitações particulares com carácter de residência senhorial, seguindo a linha de muitas obras arquitectónicas difundidas pela metrópole.

Na parte traseira, o edifício ostenta duas varandas de madeira expostas frontalmente, aplicadas segundo um precisão tipológica estruturada em U, à semelhança da Casa Cor-de-Rosa, outro edifício habitacional de prestígio na cidade restaurado e reabilitado para fins culturais. As varandas são cobertas, formando beirais de telha de barro marselhês conferindo a esta parte do edifício uma certa majestosidade, constatada adiante na Figura 4.

Figura 4 — Anexos à composição principal do antigo palacete do *Plateau*



Fonte: Imagem fotográfica recolhida para a nossa tese de doutoramento, em 2007, intitulada *Valor simbólico do Centro Histórico da Cidade da Praia*.

Vários pontos dos anexos edificados nas traseiras do edifício funcionam como espécies de miradouros voltados para as antigas fazendas que envolviam a cidade e outras áreas alcançáveis pela vista a partir daí.

Na procura de valorização desta obra arquitectónica enquanto um dos elementos de revitalização da própria cidade nos tempos de hoje, o edifício foi adquirido, restaurado e reabilitado nos finais da década de noventa do século passado, por compra, pelo Estado, para passar a ser utilizado na promoção cultural com as seguintes funções: no primeiro instalou-se uma livraria, um cibercafé e um pequeno auditório, um espaço cultural destinado a diferentes tipos de público, ainda que restrito. O segundo piso está adstrito a serviços do Ministério da Cultura, com recepção, gabinetes arrecadação e casa de banho. No último piso encontram-se salas de exposição e para fins variados, como sejam reuniões de associações de natureza cultural.

A parte interna de toda a escadaria é decorada com obras de arte, nomeadamente pinturas do seu patrono, na qualidade de palácio da cultura, que reflectem o trabalho de pintores cabo-verdianos contemporâneos que se têm dedicado, ultimamente, em Cabo Verde, a esta disciplina artística, entre os quais destacamos obras do artista plástico José Maria Barreto.

O palacete acabado de ser analisado e descrito constitui um símbolo da moradia das classes mais abastadas da urbe, e da dinâmica socioeconómica da cidade, fruto das relações sociais estabelecidas primeiro, no contexto de uma sociedade escravizada podendo tais edificações, sob o ponto de vista das suas subdivisões, reflectir o quotidiano dos seus habitantes e assim revelar a realidade e vivência dos estratos sociais existentes.

Edificações com estas características terão contribuído para a dinâmica comercial da cidade. Hoje dispõe de uma utilidade que, no quadro da sua reabilitação, se reveste de grande importância para a vida quotidiana do centro histórico em referência¹⁷. O seu restauro e a sua restituição à comunidade como polo de difusão cultural constitui um marco importante na valorização do património e na revitalização do coração da cidade actual, em vias de perder a sua função de principal centro cívico.

Concorre assim para a revitalização da cidade nos tempos modernos, ao lado de outras iniciativas que vão no mesmo sentido, de entre as quais importa referir o complexo de várias habitações tradicionais urbanas que passaram por um processo exemplar de restauro e reabilitação com várias funções. Entre estas, a parte que passou a

¹⁷ O Centro Histórico, entendido como o coração de uma cidade, deve ser preservado, aplicando-se aí a noção de que este tipo de património imóvel se liga intrinsecamente à cultura de um povo e à sua história e, por conseguinte, pode ser representativo da sua memória colectiva.

funcionar como *5tal* (lê-se quintal) *da música*, constituído por um pátio que serve de restaurante com música ao vivo, diariamente, rodeado de dependências de apoio e de exposições de elementos da cultura cabo-verdiana. Este espaço constitui uma verdadeira sala de visita da cidade e é local de passagem obrigatória para quem visita a capital do país.

A este propósito, importa salientar que, ultimamente, tem havido um grande debate sobre a questão da revitalização dos centros históricos, estando as discussões situadas em pólos opostos. Segundo Cristina Meneguello, por um lado, o assunto é visto como estratégia de preservação e revalorização de tecidos degradados das cidades. Por outro, é encarado como processo de expulsão dos habitantes historicamente enraizados, podendo transformar-se num simulacro da vida tradicional, voltado para os turistas¹⁸. Assim, muito também se tem inferido sobre um suposto conflito entre, de um lado, os centros preservados por lei e, como dizem os seus detractores, *congelados* no seu desenvolvimento, e, de outro, as necessidades prementes de moradia em áreas centrais. No segundo ponto de vista, há uma adição de valor de uso e de consumo dos *centros* quando são revalorizadas as mesmas áreas e as edificações de interesse histórico-cultural.

É, efectivamente, isto que se quer com a valorização de algumas obras arquitectónicas do centro histórico da Praia, como são os casos referenciados, numa procura de humanização do coração da cidade, promovendo a cultura popular jovem e a atracção de visitantes, sendo desejável incorporar nos prédios para fins comerciais a função de habitação. No caso do Centro Histórico da Praia, estes pressupostos poderiam contribuir para uma espécie de reposição das funções de vários edifícios particulares de carácter senhorial. Estes foram construídas quando os *senhores da terra*, na sua condição de elementos da elite económica, acharam que deveriam acompanhar a fixação do poder temporal e espiritual nessa urbe, no momento em que já ostentava o título de cidade — depois de 1858¹⁹ — e conferia algum estatuto de nobreza aos seus habitantes mais ilustres. De acordo com o raciocínio de Meneguello, a revitalização do centro histórico da cidade contemporânea, assim concebida, proporcionaria a circulação de pessoas durante o dia e a noite, prevenindo o esvaziamento nocturno, evitando, a nosso

¹⁸ <http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php>; acesso em Maio de 2007.

¹⁹ *B. O. da Província de Cabo Verde*, n.º 20/1858, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1858, p. 154.

ver, aquilo que constitui a fase morta do coração da cidade, depois da azáfama do dia. Na esteira da revitalização da cidade no âmbito deste trabalho deve-se valorizar as edificações como os casos em estudo, uma vez que, «constituem a presença viva do passado que deram forma, ao centro histórico e asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e [...] constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais»²⁰.

2. Uma casa nobre em degradação que resiste ao tempo

Por contraste com a edificação estudada anteriormente, que já foi restaurada e reabilitada como palácio da cultura e, conseqüentemente, foi objecto de valorização, como património arquitectónico, permitindo a sua restituição à comunidade como polo de difusão cultural, depois de entrar em processo de degradação, evidenciamos agora uma outra casa nobre, esta, sim, a necessitar de restauro e reabilitação.

Trata-se de um imóvel pertencente, no passado, a Fernando J. Sousa e Serra, de acordo com uma octogenária, por sinal integrante de uma das gerações que constituíram a elite económica local (família LUAR²¹), a quem o proprietário alugou a casa, durante muito tempo, para moradia.

A edificação em referência corresponde ao quarteirão 36 indicado no conjunto de edificações propostas para serem classificadas como monumento histórico de elevado valor patrimonial. É visível no lado direito da antiga Rua do Lencastre, actual Serpa Pinto, para quem caminha no sentido norte-sul, em frente ao conjunto arquitectónico que alberga o Comando Geral da Polícia. Confronta-se a sul com a Rua António Salgado, transversal à via para onde tem voltado o seu alçado principal situando-se por isso no ponto de cruzamento desta via com a artéria principal relativamente à edificação em estudo.

Embora em estado de degradação, é possível verificar que constitui um claro exemplo do estilo colonial, em si mesmo excepcional, pois foi exclusivamente edificada

²⁰ <http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php>; acesso em Maio de 2007.

²¹ Esta família ficou assim conhecida pelos seus empreendimentos comerciais e hoteleiros que ostentam este nome, sobretudo a antiga casa comercial LUAR, um dos estabelecimentos antigos da cidade.

com a funcionalidade residencial. Apesar de não possuir o piso superior que é habitual nas habitações senhoriais, não deixa de revelar uma nobreza rara. Propugna, enquanto representante da estética neoclássica, um regresso aos cânones estéticos da antiguidade greco-romana²², presente no elemento iconográfico característico evidente nos arcos redondos, aplicados à porta central e às janelas, e na sua ostentada sobriedade, como podemos ver na Figura 5.

Figura 5 — Exemplar representativo do neoclassicismo arquitectónico a clamar por restauro e reabilitação



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias de edifícios de alto valor patrimonial do Centro Histórico da Praia.

A fachada é rítmica e simples, mas exhibe janelas com arcadas e com lumes ou lumieiras, envidraçadas para permitir a entrada de maior luminosidade ao interior, como a maior parte das outras edificações estudadas até agora. As quatro janelas altas (duas de cada lado da porta principal), dispostas de forma simétrica em relação ao eixo central do edifício têm balcões metálicos de ferro e são dotadas de duas bandeiras. As respectivas grades de ferro têm função decorativa e utilitária.

Este alçado apresenta duas pilastras encostadas ao extremo do muro do corpo principal e mais dois elementos ornamentais da mesma natureza a enquadrarem a porta central. Ostenta uma platibanda aposta à cimalha em balaustrada, definida por Edward Lucie Smith como parapeito suportado por pequenos pilares apelidados de balaústres²³,

²² AA.VV., *Grande Dicionário Enciclopédico*, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1997, p. 19.

²³ Pequena coluna ou pilar geralmente de secção circular com perfil curvo.

que, nestes casos, são de inspiração renascentista, período a que data este tipo de solução decorativa²⁴. São raros porque foram elaborados em material de qualidade superior — cerâmica vidrada, que reforça o seu requinte e nobreza — e aparecem em bastante quantidade ao longo de toda a parte superior do edifício, num alinhamento cuja forma mais ritmada confere especial elegância à obra arquitectónica.

Um outro pormenor da fachada que também se relaciona com a utilização de material invulgar, visível por causa do estado de degradação do edifício que não observamos nas construções estudadas, refere-se às aduelas feitas em tijolos, cortados em ângulo para se encaixarem no aparelho do arco²⁵. São de cor vermelha, encontram-se por cima da porta central e formam uma estrutura de suporte do peso da parede daí para cima.

A frontaria do edifício possui ainda pequenas aberturas para as caves, com a função de refrescar estas partes do edifício onde eram guardados alimentos para não perecerem muito rapidamente. A existência desses espaços exprime uma condição de vida dos antigos moradores da casa, pois o facto de preverem espaços tão amplos de armazenamento de produtos, que correspondiam certamente aos seus excedentes, indica que pertenciam a um elemento da elite económica local, presumivelmente ligado à propriedade fundiária. O telhado em madeira e barro marselhês cozido de cor vermelho, a quatro águas, reafirma a sua qualidade de edifício particular de prestígio, devido à dignidade que lhe confere.

O valor simbólico deste edifício ajuda-nos a perceber as razões da sua resistência ao tempo e às tendências daqueles que revelam indiferença e hostilidade ao património histórico edificado na cidade. As particularidades evidenciadas impõem a sua salvaguarda através do restauro e da reabilitação, correspondendo assim aos princípios inerentes à atitude face ao património cultural, compatível com a mentalidade contemporânea herdada das ideias de Viollet-le-Duc (segunda metade do século XIX). Tais ideias estiveram na base dos fundamentos da teoria da conservação e engendraram o moderno interesse pela arquitectura. Em face desse entendimento, assume-se hoje que a atitude de conservação do património arquitectónico não pode ser encarada como um capricho. Espoletou deste modo a curiosidade geral acrescida para as coisas do passado,

²⁴ Edward Lucie Smith, *Dicionário de Termos de Arte*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p. 34.

²⁵ Ivone Correia, *Dicionário Fundamental de Artes Visuais*, Lisboa, Bertrand, 1998, p. 14.

que bastantes vezes foram menosprezadas ao longo da História. Demonstrou-se que não pode ser explicado o presente, nem o futuro, sem estudar os processos da evolução²⁶.

Somos levados a admitir que a difusão das ideias de Viollet-le-Duc nas zonas de influência portuguesa, como foi Cabo Verde, estão na origem, no nosso tempo, da tomada de consciência dos valores cognitivos e emocionais de um património cultural com as características do elemento arquitectónico em estudo. A nosso ver, todos os atributos evidenciados contribuíram para aclarar a percepção da necessidade de se assegurar a preservação deste que constitui um precioso elemento da memória colectiva. Ainda está animado porque não foi demolido e a sua conservação, tal como sublinha Rosado para estes casos, inscreve-se hoje num campo de objectivos mais vastos que não apenas preservar por preservar²⁷. No nosso ponto de vista, este edifício podia constituir-se, pela sua localização e qualidades arquitectónicas, num bom centro interpretativo e museu da cidade, que pudesse elucidar o visitante através de suportes audiovisuais com descrições acerca dos diferentes eixos urbanos e das principais edificações da urbe oitocentista. Da zona costeira, evidenciando os antigos portos e outras instalações inerentes à actividade portuária, tais como o antigo complexo edifício da Alfândega, o farol D. Maria Pia ou pequenas fortificações, aos antigos eixos urbanos representativos dos núcleos primitivos, tais como os vários largos do extremo sul, em todos os casos ornamentados com obras de arte pública decorativa, onde se destacam edificações oficiais envolventes (de cariz civil público, representativas dos poderes civil e militar), as religiosas (que exprimem as actividades e a prática de culto sagrado na cidade, sendo de destacar a decoração interior à base da imaginária religiosa de transcendente valor místico) e os edifícios particulares, com destaque para os casos estudados no âmbito deste trabalho (residências senhoriais), que se espalham pelas principais ruas, verificando-se que as habitações tradicionais espelham as condições de vida dos habitantes com menos posses na urbe. Por fim, poder-se-ia disponibilizar ainda em suportes apropriados vistas panorâmicas dos largos do eixo centro/norte da cidade

²⁶ João Rosado Correia, «O Património Construído: Reabilitação/Revitalização Arquitectónicas», *Espaço e Memória. Revista de Património*, n.º 1, Porto, Universidade Portucalense, 1996.

²⁷ Os valores arquitectónicos devem ser preservados na óptica da Carta de Atenas (1933), segundo o princípio de que vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem a sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, em princípio pelo seu valor histórico ou sentimental, depois, porque trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do génio humano.

tradicional, nos seus aspectos antigos e actuais e pormenores relacionados com as edificações antigas de cariz sócioeducativo e sanitário, e toda a respectiva gramática decorativa dos interiores, bem como construções mais recentes que testemunham as transformações urbanas do centro histórico, o quotidiano da urbe e a sua evolução.

A premência da valorização dos diferentes elementos arquitectónicos da urbe oitocentista para fins de dinamização cultural impõe que a conservação dos edifícios, como é o caso em referência, se processe passo a passo, sendo necessário em primeiro lugar a promulgação das indispensáveis proibições de demolição e de transformação das construções protegidas (entre outras medidas), o que presumimos ter sido garantido a partir do momento em que foi concretizada a proposta para ser considerado um dos monumentos históricos de alto valor patrimonial da cidade da Praia. A protecção *passiva* de que foi alvo espera pela protecção activa, que consiste na sua valorização técnica, funcional, social e arquitectónica depois do devido restauro. Este deve passar por trabalhos que visam enriquecer os seus valores arquitectónicos, eliminar defeitos da construção criados pela degradação e a sua modernização técnica²⁸. O seu restauro e reabilitação, enquanto edifício histórico precioso, constituirão um elemento da renovação urbana e de resgate da herança arquitectónica, associado à reconstituição de tradições construtivas e modos de vida de pessoas ligadas a este edifício ou com um quotidiano semelhante no passado e no mesmo espaço onde se insere.

Conclusão

Com o trabalho ora elaborado procuramos avaliar as qualidades estéticas de dois edifícios, reconhecidos oficialmente como monumentos de elevado valor patrimonial no Centro Histórico da Cidade da Praia. As duas residências senhoriais, embora em estados diferentes de conservação, resistiram e sobreviveram ao tempo e aos impulsos

²⁸ O restauro na perspectiva do Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos (Veneza, 1964) é uma operação que deve ter carácter excepcional. Tem por objectivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitectónica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

resultantes da indiferença face ao património histórico. Veiculam memórias representativas de uma realidade histórica concreta e immortalizam gostos estéticos desejáveis em todos os tempos.

Daí a necessidade da valorização desses bens patrimoniais um pouco na linha da tradição mundial da preservação do património urbano histórico, expressa nos marcos cronológicos universais da conservação do património edificado, tal como refere Françoise Choay.

A valorização de obras arquitectónicas, como são os casos referenciados, visa em última instância a procura de humanização do coração da cidade e pode, como vimos, promover a cultura popular e revitalizar a cidade.

No caso do Centro Histórico da Praia, estes pressupostos contribuem para a sua revitalização nos tempos de hoje e proporcionam a circulação de pessoas durante o dia e a noite, prevenindo o esvaziamento nocturno e assim evitando aquilo que constitui a fase morta do coração da cidade depois da azáfama do dia.

Na esteira da revitalização da cidade, no âmbito deste trabalho, sublinhamos a pertinente valorização das edificações, como os casos em estudo, uma vez que constituem, com referimos acima, a presença viva do passado e estabelecem, através os testemunhos mais tangíveis, a riqueza e a diversidade das criações culturais.

A tradição de valorização de bens patrimoniais tem tido expressão em iniciativas mundiais ao longo do tempo, tendo como principal impulsionador a própria UNESCO, no quadro das várias convenções internacionais continentais e leis nacionais estimuladas. Ainda no plano internacional, outras diligências vêm sendo feitas no quadro de organizações corporativas, tais como aquelas que congregam os Arquitectos e de Técnicos dos Monumentos Históricos. No caso de Cabo Verde, exprimem-se fundamentalmente através de iniciativas governamentais, como foi a intervenção no antigo palacete, actual Palácio da Cultura, ainda que, cada vez mais, se tornem visíveis as actuações a nível das autarquias locais e iniciativas de grupos associativos e entidades particulares.

Referência bibliográfica

- AZEVEDO, Carlos – Solares portugueses. Mem Martins: Livros Horizonte, 1988, pp. 9-17,
B.O. do Governo-geral da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876,p.35.
Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 150/1962. Praia: Imprensa Nacional, 1962, p. 30
- CARVALHO, Carlos – *Formação dos primeiros centro urbanos de Cabo Verde: Ribeira Grande e Praia*. In: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415 – 1822). Lisboa. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001, pp. 136 – 138.
- CORREIA, Ivone – Dicionário Fundamental de artes visuais. Lisboa, Bertand Editora, 1998 p. 118.
- DIAS, Pedro – Roteiro de Coimbra 3. In: Revista Mundo da Arte nº 6.S/L: 1982, pp. 28- 34
- Évora José – O Património arqueológico cabo-verdiano: situação actual da questão. In Revista Africana nº 24. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2002, p. 59.
- FERNANDES, José Manuel – Cidades e casas da Macaronésia. Porto: FAUP Publicações, 1996 pp. 237-239.
- Garcia de Horta* – Revista do Instituto de Investigação Científica Tropical. Edição do Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa. 1995. Volume 15. nº 1. pp. 52-53
- Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1870 [Ofício nº 081] 1870 Fevereiro 14, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1870. 11f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.
- LOPES FILHO, João – Abolição da escravatura em Cabo verde: subsídios para o seu estudo. Praia: Spleen Edições, 2006, pp. 77-84.
- MOTA, Antónia - *Aspectos da cultura material em inventários post-mortem da capitania do Maranhão, Secs. XVIII e XIX. Comunicação* apresentada ao Congresso internacional sobre o Mundo Atlântico no Antigo Regime: poderes e sociedade, realizada na Universidade Nova de Lisboa em Novembro de 2005.
- RODRIGUES, Maria João Madeira – Vocabulário técnico e crítico de arquitectura. Coimbra, Quimera editores, 1996, p. 174.
- ROSSA Walter – A cidade portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (Dir) – História da arte portuguesa vol III. Lisboa, 1995, p. 251.
- VASCONCELOS, Flórido. A Arte em Portugal. Lisboa. Verbo Juvenil. 1984. pp.52-56.
- AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.1964p. 334.
- B. O. da Província de Cabo Verde, nº 12/1869*. Praia: Imprensa Nacional, 1869.
- B.O. da Província de Cabo Verde nº 4/1871*. Praia: Imprensa Nacional, 1871, p.17.
- B.O. da Província de Cabo Verde nº 14/1858*. Praia: Imprensa Nacional, 1858, p. 154.
- BARCELOS – Cristiano José de Senna Op. Cit. Volume II - parte III p. 122 e 384.
- Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 133*. Praia, Imprensa Nacional, 1960, p. 1.
- Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como

monumentos históricos com alto valor patrimonial. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1889 [ofício nº 81] 1889 Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 157.

LIMA, Luísa Reis – A rua do Campo Alegre. Revista de Ciências Históricas e da Educação. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1992, p.211.

MADEIRA Maria João (Coord) – Vocabulário técnico e crítico da arquitectura. Coimbra, Quimera Editores, 1996, p. 21.

Plantas da Cidade da Praia na Ilha de S. Thiago. Acessível no AHM - Lisboa, DIV-3-46 AH2 5-18261.tf.

Relatório da UNESCO da missão, de Paulo de Azevedo (consultor da UNESCO) sobre a *Preservação do património cultural e arquitectural histórico de Cabo Verde*, Praia: Direcção Geral da Cultura, 1981, pp. 6 – 7.

Requerimento dirigido à Câmara Municipal da Praia solicitando autorização para fazer uma instalação do compartimento que serve de quarto de banho. Fundo Arquivístico do MIT, Cxa 139. Acessível no IAHN-CV na Cidade da Praia

RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord) Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura. Coimbra, Quimera Editores, 1996- p. 257

SARAIVA, José Hermano. História Concisa de Portugal. Lisboa. Publicações Europa América. 1991. p. 329-332.

SENNA BARCELLOS, Cristhiano José de. – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. parte III, p. 134-136).

SMITH, Edward Lucie. Dicionário de termos de arte. Lisboa. Círculo de leitores, 1990 p. 28.

VALDEZ, Travassos – Africa Occidental: Notícias e considerações Tomo I. Impressa por ordem do Ministério da Marinha e Ultramar. Lisboa, 1864, pp. 197-203.

VÁRIOS História da Arte Portuguesa. Vol. 3 – Do Barroco à Contemporaneidade Lisboa. Temas & Debates. 1995. p.79.

CHOAY, Françoise – Alegoria do Património. Lisboa, Edições 70, 2006.